

DESENVOLVIMENTO HUMANO: O NÚCLEO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

HUMAN DEVELOPMENT: THE NUCLEUS OF EDUCATIONAL INCLUSION¹

Ivar César Oliveira de Vasconcelos²

Gisele Eduardo de Oliveira Silva³

RESUMO: Nos últimos anos, a inclusão social e a inclusão na educação como um todo têm participado da pauta de estudos dos entrevistadores. Esses estudos, elaborados a partir de investigações em projetos e grupos de pesquisa, e momentos de docência em cursos de pós-graduação, contribuíram para elaborar uma noção sobre o que é a inclusão educacional. Essa noção pressupõe que todo indivíduo tem suas potencialidades e estas precisam ser tomadas como foco primeiro da educação humanizadora. Chegamos, então, ao tema do desenvolvimento humano. Situando-o no âmbito sociocultural e, a partir de reflexões mais amplas, entrevista-se o Prof. Célio da Cunha – com doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa). Atualmente, ele é professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Brasília. Possui vasta quantidade de publicações nacionais e internacionais, a maioria delas voltada para políticas públicas educacionais. Nesta entrevista, utilizou-se *E* para identificar a fala dos entrevistadores e *C* para explicitar as manifestações do entrevistado. Espera-se que este trabalho contribua para aprimorar os estudos sobre a inclusão educacional, o que, certamente, favorecerá a prática educativa humanizadora.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação. Desenvolvimento Humano

ABSTRACT: In recent years, social inclusion and inclusion in education as a whole have been part of the interviewers' study agenda. These studies, elaborated from investigations in projects and research groups, and moments of teaching in postgraduate courses, contributed to the elaboration of a notion about what educational inclusion is. This notion presupposes that every individual has their potential and these must be taken as the primary focus of humanizing education. We come, then, to the subject of human development. Locating it in the sociocultural scope and, based on broader reflections, Prof. Célio da Cunha – with a doctorate in education from the State University of Campinas and post-doctorate at the Lusófona University of Humanities and Technology (Lisbon). He is currently a professor in the Masters and Doctorate Program at the Catholic University of Brasília. It has a vast amount of national and international publications, most of them focused on educational public policies. In this interview, E was used to

¹ Esta entrevista é parte do projeto Inclusão educacional em contextos de extrema exclusão, registrado sob o Protocolo n.º 15814.78.35972.26042017 na Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Contou com a participação de Josiane Lopes Felix Mota, estagiária do projeto e estudante de Pedagogia da Universidade Católica de Brasília (transcrição de áudios da entrevista).

² Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com estágio doutoral na Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais (UL/ICS). Consultor independente na área da educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4769221603499938>. E-mail: ivcov@hotmail.com

³ Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professora da rede pública de ensino do Distrito Federal. E-mail: giseleeduardo8@gmail.com

identify the interviewers' statements and C to explain the respondent's statements. It is expected that this work will contribute to improve studies on educational inclusion, which will certainly favor humanizing educational practice

Keywords: Inclusion. Education. Human development

Introdução

Nos últimos anos, a inclusão social e a inclusão na educação como um todo têm participado da pauta de estudos dos entrevistadores. Esses estudos, elaborados a partir de investigações em projetos e grupos de pesquisa, e momentos de docência em cursos de pós-graduação, contribuíram para elaborar uma noção sobre o que é a inclusão educacional. Essa noção pressupõe que todo indivíduo tem suas potencialidades e estas precisam ser tomadas como foco primeiro da educação humanizadora. Chegamos, então, ao tema do desenvolvimento humano. Situando-o no âmbito sociocultural e, a partir de reflexões mais amplas, entrevista-se o Prof. Célio da Cunha – com doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutoramento na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa). Atualmente, ele é professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Brasília. Possui vasta quantidade de publicações nacionais e internacionais, a maioria delas voltada para políticas públicas educacionais. Nesta entrevista, utilizou-se *E* para identificar a fala dos entrevistadores e *C* para explicitar as manifestações do entrevistado. Espera-se que este trabalho contribua para aprimorar os estudos sobre a inclusão educacional, o que, certamente, favorecerá a prática educativa humanizadora.

C: Bom dia, Prof. Célio! Por favor, fale um pouco sobre desenvolvimento humano, ainda que fiquemos em grandes linhas de reflexão.

E: Bom dia! Agradeço-lhes o convite. Podemos iniciar, falando do assunto na perspectiva da UNESCO [*Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*], pois estive lá por muitos anos e entendo que foi mesmo ali que essa tese do desenvolvimento humano foi abraçada em termos mais amplos. Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando a UNESCO foi fundada, buscava-se responder a uma pergunta que colocasse a Organização numa larga perspectiva de atuação. Perguntava-se: O que é que pode ser feito realmente para evitar catástrofes como a dessa Guerra? Essa é uma pergunta-chave para compreendermos o tema do desenvolvimento humano. Na prática,

procurava-se saber o que poderia ser feito para evitar, por exemplo, um novo Holocausto. Naquele momento histórico, os líderes mundiais, pelo menos no Ocidente, se reuniram, discutiram a pergunta e, no final, fundou-se a UNESCO, em 1945. Logo depois, até com a participação, nos primórdios, do Anísio Teixeira, recebemos em 1948 a Declaração Mundial dos Direitos Humanos. Contudo, qual foi a resposta à pergunta? Ora, quando nasceu a Organização, esta precisava de um norte, uma espécie de logomarca. Isso acabou sendo oferecido por meio de famosa frase: *Se as guerras nascem na mente das pessoas, será na mente das pessoas então que haveremos de erguer os baluartes da paz.* Talvez, essa frase seja uma das mais pronunciadas no mundo, sempre presente na UNESCO e, apesar de repetidamente permanecer em vários discursos, em documentos, continua sendo uma frase forte e norteadora da política e das ações da Organização.

C: E isso se desdobra ao longo do tempo.

E: Sim. Embora compartilhe um pouco dessa visão idealista, tentarei uma fundamentação para alguns pontos. Ao tomarmos a história da UNESCO nos sucessivos anos, constatamos grandes avanços. Por exemplo, nos anos de 1960, tivemos declarações contra a discriminação racial, a discriminação contra a mulher, a Recomendação UNESCO-OIT sobre a Profissão Docente e tantas outras que se seguiram com o propósito de assegurar o compromisso com os direitos humanos proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Todas essas declarações, e isso acontece tanto no âmbito da UNESCO, quanto do âmbito da ONU [*Organização das Nações Unidas*], compunham aquele esforço de dignificar a vida das pessoas, ou seja, de assegurar um desenvolvimento humano mais digno. Muitas delas não têm um efeito de lei, mas uma consequência ética no mundo, induzindo avanços. Em síntese, contribuíram para avanços em relação à discriminação racial, respeito à diversidade, educação para todos, igualdade de gênero e diversos outros avanços no campo dos direitos humanos.

Assim, um conjunto enorme de documentos vai se sucedendo ao longo do tempo, com mais intensidade nos anos de 1960, 1970 e 1980, o que acabou marcando a UNESCO como uma instituição diferente de outras instituições e organismos mundiais, como, por exemplo, o Banco Mundial, e até mesmo de outras organizações da ONU porque está na centralidade da Organização o maior bem comum da humanidade que é a educação. Aliás, por isso, ela foi percebida em muitos momentos como uma instituição terceiro mundista,

comprometida com a luta emancipadora dos países pobres. Então, foi vista historicamente até mais à esquerda porque ela sempre defendeu ideias teve a contribuição de grandes intelectuais, do porte, por exemplo, de um Lévi-Strauss. Localizada em Paris e com institutos e escritórios em dezenas de países, ao longo de seus mais de 70 anos de vida, ela empreendeu ações nas áreas de seus mandatos, respectivamente, a educação, a ciência, a cultura e a comunicação que se revelaram fundamentais para o avanço dos direitos humanos. As declarações e outros documentos são aprovados e sancionados pela Assembleia Geral da UNESCO, que é realizada a cada dois anos, às vezes, anualmente, de forma que dela participam aproximadamente duzentas nações. Foi essa Assembleia que teve a coragem de aprovar o ingresso da Palestina na Organização.

Quando a Palestina foi incluída na UNESCO, isso sinalizou o quê? A luta em torno dos direitos humanos, a luta em torno do desenvolvimento humano. Esse é o grande alcance. É claro que, quando você compara a UNESCO com o Banco Mundial, em termos de poder, a primeira sempre perde. Mas, mesmo perdendo, com o passar do tempo, suas contribuições se tornam relevantes e indicadoras de caminhos. Os princípios e diretrizes defendidos por ela incomodam e instigam.

A declaração da valorização da diversidade, outro exemplo! Isso vem da UNESCO, contra até os Estados Unidos da América! Essa é uma grande contribuição, pois mostra que as culturas não são superiores umas às outras, e sim apenas diferentes! Essas declarações pautam a vida da UNESCO e da ONU.

C: E isso tudo vai desembocar nas políticas públicas de nações preocupadas com o desenvolvimento humano. É isso?

E: Sim. A UNESCO desenvolve um trabalho junto aos países no sentido de incorporar muitos princípios, diretrizes e documentos nas políticas públicas. Por exemplo, vemos isso quando vários desses princípios e diretrizes foram incluídos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Houve esse esforço após a Constituição de 1988 [*do Brasil*], com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos. Eu testemunhei isso, pois estava na coordenação de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos quando o ministro da educação no Brasil era o Murílio [*de Avellar*] Hingel. Um trabalho que hoje está presente nas políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Esse Plano é apenas um, dentre muitos exemplos. Então, a UNESCO luta para que o desenvolvimento humano, em sentido largo, seja efetivamente assimilado e internalizado nas políticas públicas dos países.

Não é um trabalho fácil, mas pode ser viabilizado quando nos deparamos com governantes sensíveis ao tema, como, por exemplo, o Murílio Hingel. Na esteira dos princípios maiores de uma gestão democrática com responsabilidade, ele possibilitou avanços significativos da pré-escola à pós-graduação.

C: Por favor, comente esse aspecto da sensibilidade de dirigentes em relação ao tema do desenvolvimento humano, podendo situar suas observações no âmbito da UNESCO.

E: De 1987 a 1999, a UNESCO passou a ser dirigida por Federico Mayor Zaragoza, um intelectual com alta sensibilidade para o tema do desenvolvimento humano. Ele não perdeu a oportunidade de fazer tudo que estava ao seu alcance para comprometer os países com o assunto. Desdobra-se desse seu empenho, por exemplo, a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, conhecida como Declaração de Jomtien por ter sido elaborada na cidade tailandesa que tem este nome. Surgiu com o objetivo de assegurar os direitos de aprendizagem a todas às crianças, com impacto em vários países.

À propósito, em geral, confunde-se a UNESCO com o Banco Mundial porque este participou daquela reunião na Tailândia. Ele assumiu, apesar de não ter cumprido, o compromisso de garantir aos países mais pobres os financiamentos dignos para se avançar naquele objetivo. Contudo, vários foram os desdobramentos como, por exemplo, o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, publicado no Brasil, em 1997, com o título de *Nossa diversidade criadora*. A publicação desse relatório, que teve a participação de Celso Furtado, teve boa repercussão no Brasil. Ofereceu contribuições relevantes, mostrando a importância dos fatores culturais nas políticas de desenvolvimento. Com o tempo, essa tese da diversidade criadora foi avançando e culminou com a aprovação da Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade.

Nos anos de 1990, ainda, a UNESCO aprovou a Declaração de Salamanca, após reunião naquela cidade em 1994. A preocupação central foi a inclusão social de pessoas com

deficiência. Tem sido uma relevante declaração, traduzida no mundo inteiro. No Brasil, foi adotada em políticas públicas.

Em 1998, ocorreu em Paris a histórica Conferência de âmbito mundial voltada para o ensino superior, da qual saiu a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. É um documento importante no qual a UNESCO incorpora um princípio: a universidade como um bem público! Na verdade, a reunião ocorreu em meio às investidas mercadológicas sobre a universidade, com pressões políticas, com tentativa de alguns embaixadores de adiar a Conferência. Quase foi adiada, tendo sido mantida para aquele ano graças aos esforços do Federico Mayor, que se manteve firme e contou com o apoio de um intelectual brasileiro, pouco conhecido no mundo acadêmico, chamado Marco Antônio Rodrigues Dias. Tendo sido vice-reitor do José Carlos Azevedo nos anos de 1970, em Brasília, na época da ditadura, ele foi perseguido, foi para Paris na UNESCO e acabou sendo designado como Diretor da Divisão de Ensino Superior dessa Organização das Nações Unidas. Foi o Coordenador da Conferência de 1998.

Contribuiu para que a Declaração saísse embutida desses princípios da universidade, como bem público frente às tendências mais mercadológicas. Observem a importância disso para o desenvolvimento humano. A luta está de pé, ela nem de longe está vencida porque a OMC [*Organização Mundial do Comércio*] reagiu. Porém, do lado da UNESCO, continua a luta, muitas vezes perdida, mas, resistente!

C: É o caso também da reunião de Córdoba, na Argentina? No fundo, lá também a preocupação é com o desenvolvimento humano, não?

E: A análise desse tema pode ser realizada de vários ângulos. Notem que a reunião em Córdoba, em 2018, comemorou os 100 anos da revolta dos estudantes em 1918, a conhecida Reforma de Córdoba. Eles ocuparam a reitoria naquele ano! Vejam que os estudantes da América Latina antecederam o movimento de maio de 1968! É impressionante a dimensão humana presente naquele famoso manifesto, pois contemplava as liberdades, as subjetividades, as relações professor/aluno. Repercutiu na universidade latino-americana e, por isso, em seu centenário, houve debates sobre a trajetória desse manifesto à luz dos desafios contemporâneos da educação.

C: E ainda temos de cuidar de características que o ser humano vai adquirindo ao longo do tempo que parecem *desumanizar*, não é?

E: Isso mesmo! Percebam o espectro mais abrangente: li há algum tempo na *Folha de São Paulo* a carta de um leitor se referindo à questão do suicídio, o qual aumentou no Brasil, nos Estados Unidos etc. O leitor dizia *bom, essa extrema competitividade existe, assim como existe uma busca por conhecimentos operacionais, que possam render lucros*. Esse exemplo faz lembrar o célebre livro de Marcuse, *O Homem Unidimensional*. A competitividade está na centralidade do capitalismo, da sociedade de mercados. Esta sociedade radicalizou tanto a ganância que as pessoas se obrigam a tornarem-se competitivas. Então esse é o dilema que temos vivido: de um lado, instituições como a UNESCO, várias instituições da sociedade civil, lutando pelos direitos humanos, pelos direitos de desenvolvimento humano, pela dignidade; de outro lado, um mundo que anda para outra direção. Um mundo mercadológico. É uma luta permanente.

C: Poderia citar dois textos produzidos pela UNESCO passíveis de serem reunidos na perspectiva do desenvolvimento humano?

E: Sem dúvida. Citaria aquele livro, já com inúmeras edições no Brasil, *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Ele defende aqueles princípios fundamentais à educação para o século atual: aprender a conhecer, fazer, conviver e ser. Esses princípios convergem para uma visão integral do ser humano. E, a UNESCO, achando pouco, pediu ao Edgar Morin para produzir um texto sobre o que ele pensava a respeito da educação deste século. Então, ele escreveu *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Eu ainda estava na UNESCO quando recebi esse material em meu computador. Logo falei ao Representante [da UNESCO] para que o traduzisse imediatamente. Isso foi feito, então; editamos e, hoje, há várias edições. Morin nos presenteia entendimentos sobre a compreensão humana, a ética, as relações, as questões sobre a sustentabilidade da vida no planeta. O livro menciona o sentido terreno do ser humano. É essa obra do Morin um complemento à do Jacques Delors e colaboradores. A luta em prol dos direitos humanos, direito ao desenvolvimento humano e dignidade continua em diferentes frentes, tentando incorporar ensinamentos nos países.

C: E no âmbito das políticas públicas educacionais, como tem se delineado essa luta? Pergunto isso porque o discurso sobre *políticas públicas educacionais e desenvolvimento pleno das potencialidades humanas* vem em geral acompanhado da ideia de que as leis, as declarações, as constituições, os programas e iniciativas que se voltam para a formação de sujeitos garantiriam a educação que humaniza, capaz de fazer brotar o melhor que cada indivíduo tem em si para ser um bom trabalhador, um cidadão que cumpre seus deveres; uma pessoa feliz. No entanto, entre o dizer e o fazer há muito o que se considerar...

E: Nossas políticas públicas [*no Brasil*] já incorporaram muitos desses princípios. E coisas boas já acontecem. Por exemplo, em relação à inclusão de pessoas com deficiência, aos direitos de aprendizagem, aos direitos humanos, aos direitos dos presos – existe até uma ação da UNESCO, tentando *humanizar* as prisões. Houve avanços de princípios na política de educação do MEC [*Ministério da Educação*] nos últimos anos. Posso até ser testemunha disso. Criou-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão [*a SECADI*] que, embora sem o reconhecido valor dentro do próprio MEC, representa um avanço, pois realiza amplo trabalho no combate à discriminação, com relação aos direitos das minorias. A discriminação racial, todas as formas de discriminação, está na raiz da infelicidade humana, sendo impressionante como isso é atual. O livro da Maria Helena de Souza Patto, *O Fracasso Escolar*, evidencia que parte da repetência escolar no Brasil é um problema de discriminação. Então, percebo que a promoção do desenvolvimento humano passa pela discussão de problemas desse tipo, como tem chamado a atenção a UNESCO e a ONU, embora estejamos ainda distantes de cenários que se aproximem do ideal de desenvolvimento humano da UNESCO.

C: Então, os esforços a favor dos direitos humanos e, em especial, para promover o desenvolvimento humano é mesmo uma luta de altos e baixos?

E: Sim. É uma luta que continua! De Avanços e recuos. Às vezes, temos uma pequena vitória, outras vezes, algo mais significativo, e assim seguimos. Por exemplo, a UNESCO ajudou o Brasil na luta a favor do desarmamento. Quando foi realizado aquele plebiscito sobre o desarmamento, o povo brasileiro votou contra ele, isto é, a favor das armas. Então, perdemos feio!

C: Em especial em nosso país, essa luta poderia contar com a participação positiva das mídias? O que acha?

E: Numa determinada reunião, em São Paulo, fiz uma pergunta aos presentes, todos nós envolvidos com o Todos pela Educação: O que nós precisamos fazer para incutir na cabeça de um prefeito, governador, vereadores, deputados; incutir na cabeça da classe média, até da família, que a educação para os direitos humanos, para o desenvolvimento humano, são coisas fundamentais para a vida? Apesar de avanços, ainda predominam mais discursos que fatos.

C: Essa é uma pergunta que precisa estar em nosso dia a dia, enquanto educadores.

E: Sim. E nós temos falhado, nessa direção, até com relação ao próprio processo didático-pedagógico. Isto não por falta de ação, e sim porque não conseguimos ainda uma estratégia para superar o problema. Na mencionada reunião cheguei a falar: *Olha, vamos tentar fazer uma reunião com empresas de comunicação com alto poder de transmissão de informações, como a Rede Globo, porque nós educadores, em princípio, não sabemos como elaborar mensagens na mídia; quem mais entende disso são os comunicadores.* Propus que convidássemos para nossas reuniões alguns desses bons comunicadores no Brasil, e assim tentar, realmente, desenhar uma estratégia de comunicação no sentido de promover, junto à sociedade brasileira, governantes etc., a internalização de que esses problemas existem e exigem soluções que passam pelo olhar direto à questão do desenvolvimento humano; isto é, fazê-los perceber que a educação precisa ser uma prioridade. Nós não temos conseguido colocar na cabeça e na memória das pessoas o que de fato precisa ser realizado com relação aos direitos humanos, ao desenvolvimento humano e, até usando aquele jargão do campo jurídico: o *mínimo existencial*. Pergunto-me: para garantir que esse *mínimo existencial* possa acontecer, o que, de fato, precisa ser feito?

C: Acha que o mundo da política e o das conquistas das mulheres se encaixam nessa discussão?

E: Sim. Nós estamos numa República Federativa. Elegemos senadores, deputados estaduais e distritais, vereadores, e veja bem o que acontece: o político, até valendo-se do

lado *bom* do político, ele só incorpora alguma coisa em seu discurso quando é pressionado. Fora disso, ele não incorpora mais nada porque assim não lhe rende votos. Por sua vez, a mulher brasileira tem dado uma grande contribuição em termos de direitos humanos, e de desenvolvimento humano. Se o político não recebe uma demanda forte da sociedade, ele não incorpora tal demanda. Ele não a internaliza e, depois, ela não é incluída em sua pauta partidária. Então, você tem aquela enorme diferença entre o discurso e as ações concretas no Brasil. Malgrado as dificuldades, alguns avanços com relação à igualdade de gêneros podem ser vistos no Brasil.

C: E quanto à mulher? Como tem participado dessa questão do desenvolvimento humano?

E: A mãe brasileira, responsável por uma ou mais crianças, é um dos atores mais importantes para a grande inclusão que houve na educação, porque ela dormia na porta de uma escola para conseguir a vaga. É certo que era uma dimensão quantitativa da vaga, mas agora ela realmente participa e, isso, com o apoio, inclusive, dos operadores de justiça do Ministério Público, o qual começa a cobrar a qualidade da educação.

C: Poderia dar exemplos?

E: Em termos de soluções para a discriminação racial, social, houve um grande avanço. Nem de longe o problema está resolvido, mas houve um grande avanço. Tomemos as estatísticas do IBGE [*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*] e vemos que é notório que está ocorrendo uma mudança na população, uma mudança demográfica, e isso graças à mulher, que ajudou a controlar a natalidade no Brasil. É um trabalho da mulher, com pouca gente falando sobre isso. Foi ela quem começou realmente a incorporar a necessidade de controle familiar. Foi ela também que assumiu o trabalho de colocar suas crianças na escola, sendo responsável por elas. Ela, além disso, passou a cobrar mais qualidade na educação formal.

C: De uma maneira geral, haveria maior politização de nossa gente e, com isso, mais inclusão?

E: A inclusão que houve na educação brasileira tem um componente político de difícil mensuração. Na verdade, penso que ela explodirá nos próximos anos, pois já universalizamos praticamente o ensino fundamental, estamos caminhando também em relação ao ensino médio, à universidade, e isso tudo tem implicações. O Brasil entrou na escola.

C: Mas a escola necessária ainda não existe...

E: Olha, ainda que essa escola não exista, a criança que a acessa já muda um pouco a cabeça. Isso tem um impacto político. Nós teremos muitos capítulos de luta pela frente, porque o Brasil entrou na escola. Esse é um dado importante. Se você somar hoje todas as pessoas que estudam no Brasil, desde a infância, acho que houve um avanço significativo. A quantidade de incluídos tem aumentando em creches, educação pré-escolar, por exemplo. A gente sabe quais são os percentuais, sabe ainda que não há um professor gabaritado para atender a todo mundo, mas, se você somar tudo isso, inclusive com as universidades, até as corporativas, existem mais de 60 milhões de brasileiros na escola hoje. Isso não é pouco!

C: Já que estamos falando de inclusão, isso nos faz lembrar Bourdieu, que forjou a frase *excluídos do interior*, isto é, aqueles que se inserem na escola, mas dentro desta, se mantêm excluídos por uma série de razões; fundamentalmente, em função do arbitrário cultural que se instala no processo educacional, muito em torno da produção de riqueza material em detrimento dos valores humanos. Isso vai contra o desenvolvimento humano de milhares de pessoas que já estão nas escolas! Então, ao refletirmos sobre desenvolvimento humano, em termos de grandes linhas, não lhe parece que precisamos discutir um pouco a questão mercado *versus* Estado social?

E: Acho que você tem razão ao sintetizar o que discutimos em torno dessas duas grandes direções. De um lado, a gente tem aquelas pessoas visando lucros, que é o estado liberal. Mas de outro, graças às pressões populares, temos o Estado social. Conquistas como *bolsa família*, *piso salarial*, *merenda escolar*, *livro didático*, *programa de cotas*, entre outras, pertencem ao Estado social. O equilíbrio das duas dimensões tendo sempre a essencialidade da vida como referência, pode indicar o estado de saúde de uma democracia.

C: Há os que reagem a essa ideia de que o liberalismo leva a conquistas sociais.

E: Sim, claro! Há os que reagem à reforma do trabalho, por exemplo. Na verdade, historicamente, o Brasil vem oscilando nesses dois polos – mercado ou social. Vez por outra temos a oportunidade de contar com políticos que conseguem um equilíbrio entre essas vertentes, buscando promover a dignidade humana, a defesa dos direitos humanos. Grosso modo, durante o governo Lula houve algum equilíbrio a partir da implementação de vários programas sociais.

C: Acha que neste século a América Latina tem conseguido encaminhar-se no sentido desse equilíbrio?

E: Eu examinei, por exemplo, a evolução dos estados latino-americanos no período de 2000 a 2010/2012, utilizando aquelas boas estatísticas da CEPAL [*Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*]. Em todos os estados se constata a redução da pobreza. É certo que, para isso, houve um clima favorável, econômico, a exportação dos *commodities*, a soja, os minérios, o cobre chileno. Havia, sim, mas as estatísticas são claras.

C: Mas, com a crise de 2008...

E: Claro! Bem lembrado. O que que aconteceu naquele ano? Depois da brutal crise de *Wall Street*, desencadeou-se em toda a região um processo de contaminação da crise que afetou avanços alcançados. Vários bancos faliram e muitos se salvaram graças ao apoio do Estado, como aconteceu no Brasil.

C: Diante desse cenário, como devem ser as políticas públicas de modo a continuarmos na luta em busca do equilíbrio entre o mercado e o social?

E: Eu fui buscar essa resposta um pouco em Alain Touraine, especificamente, num ensaio dele sobre a América Latina. Segundo ele, de um lado nós já percebemos que o populismo não dá certo. No Brasil, não deu certo, desde a época do Getúlio Vargas. Na Venezuela e na Argentina, idem. Com sabemos, o cultivo de grandes heróis é algo que não contribui,

pelo contrário, exacerba as desigualdades, prejudicando o desenvolvimento humano de milhões de pessoas. No entanto, continua Touraine, não podemos cair nos braços do neoliberalismo sem fazer críticas! Então, precisamos mesmo construir um estado que equilibre o social e o econômico.

C: Em grandes linhas, isso é promover o desenvolvimento humano?

E: Sim. Precisamos reconhecer que somos uma economia de mercado, precisamos competir, mas não precisamos agir com ganância. Podemos ter uma competitividade ética, considerando a pessoa humana. Ou como preconiza a UNESCO, há necessidade de uma nova ética do desenvolvimento.

C: Voltando à escola, ela é mesmo a prioridade para promover o desenvolvimento humano?

E: Eu tenho a impressão de que a escola está diante de um desafio sem precedentes na história. Até porque a escola hoje é um dos pouquíssimos espaços onde a gente pode trabalhar um pouco a questão dos direitos humanos, do desenvolvimento humano. Nós não temos espaço melhor do que a escola para fazer isso. Acrescente-se que na história da cultura humana, a escola continua a ser uma das instituições mais éticas. Várias outras instituições apresentam déficit ético acentuado, como o Parlamento e até as igrejas.

C: O senhor se refere às iniciativas não-escolares? Como estas podem contribuir para promover o desenvolvimento humano?

E: Existe uma alternativa que é humana, social, mas voltada também para o econômico. Refiro-me ao associativismo. É um mecanismo extraordinário que pode ser praticado em inúmeras situações, até mesmo, por exemplo, para tirar pessoas que dormem nas ruas. Aqui mesmo em Brasília! Há no Brasil várias iniciativas, sobretudo, no sul do país. No plano econômico, existem as cooperativas, que possibilitam ao pequeno produtor ter uma vida digna, sua própria produção. Tive a oportunidade de visitar várias dessas cooperativas no sul do país, e diversas formas de associativismo. Um dia desses tomei conhecimento de uma iniciativa no Nordeste do país. Na verdade, uma organização que eles criaram para substituir a prisão. Os condenados continuam presos, mas ficam sob a

administração de uma organização. Já se consegue um resultado extraordinário em relação às prisões tradicionais, além de se criar um espaço mais humano de recuperação. Diversas formas de associativismo apontam em direção a cenários mais promissores de desenvolvimento humano.

C: Isso contribui para humanizar, então?

E: Sim. São formas alternativas de associativismo com a participação da sociedade civil, e os resultados que eles mostram são promissores, como o exemplo mencionado. Acho que iniciativas desse tipo são espaços novos que vêm surgindo porque a sociedade civil está reagindo. Acho que podem contribuir para construir uma dimensão mais profunda, digo, para o desenvolvimento humano. Evidentemente, nem de longe temos fixado esse horizonte como objetivo; os equipamentos sociais de uma comunidade poderiam ser ampliados. No fundo, é o que preconiza Morin em seu livro *A via*.

C: Acha que as tecnologias sociais podem ser aliadas do associativismo? Como essa aliança promove o desenvolvimento humano?

E: Existem dois tipos de tecnologias. A de capital intensivo, em que se gasta muito dinheiro para gerar um novo produto que pode ser, por exemplo, um novo aparelho de telefone celular avançado. Milhões de dólares são gastos, e que subtraem mais do que geram empregos. No entanto, existem as tecnologias de mão de obra intensiva, aquelas que, mesmo não sendo uma regra geral, podem ser uma boa alternativa de desenvolvimento social e humano. Possuem o mérito de gerar mais empregos. Por isso, são mais humanas.

C: Por quê?

E: Porque as tecnologias sociais de mão de obra intensiva proporcionam oportunidades de trabalho. Pense bem. Em vez de se colocar uma máquina para cortar grama, ponha-se uma enxada na mão de cada pessoa que precisa desenvolver uma atividade, dá-se emprego para muita gente. Qual é a diferença? Não há diferença no resultado. O Brasil tem muito espaço para o uso de tecnologias sociais e mão de obra intensiva. Proporciona mais oportunidades. O Ministério do Trabalho faz isso com o artesanato, por exemplo,

criando indústrias artesanais etc., algumas, inclusive, se reúnem em forma de cooperativas. Eu conheci lá na beira do Rio Cuiabá as mulheres que faziam redes. Então, havia uma associação das rendeiras. As mulheres fabricavam essas redes, trabalhando embaixo de árvores, mas com o seu *dinheirinho* assegurado porque elas iriam vendê-las. Havia já uma organização para colocar sua produção no mercado, e havia o retorno. Veja... Você tem aí o associativismo nas suas variadas formas; tem uma potencialidade grande de humanização da economia de mercado. Então, usam-se em muitas situações as tecnologias de mão de obra intensiva, dando muitos empregos. Outro exemplo, conheci em Juiz de Fora [*Minas Gerais*], numa experiência lá da prefeitura, apoiada pelo cartunista Ziraldo. Meninos de rua foram reunidos numa escola de jardinagem. Dava-lhes um *salariozinho* para que, num acordo com a prefeitura, mantivessem os jardins municipais. Por esse caminho, educação, trabalho e responsabilidade social se harmonizam.

C: Que coisa mais simples!

E: Simples, bonito. Então, existem inúmeras alternativas. No caso, uma tecnologia social que ocupa as crianças! É educativo! Agora... torna-se necessária a presença do poder público com as secretarias de assistência social, ou desenvolvimento social; até melhor usar o termo *desenvolvimento social e humano*, do que *assistência social*.

C: E o custo disso tudo não é alto.

E: Não, não é alto! Pode-se fazer grandes coisas a um baixo custo. Tempos atrás visitei um presídio rural. Era uma espécie de fazenda onde os presos moravam em casas. Claro, o enorme local era cercado. Passei três dias hospedado lá, e até me alimentado das comidas produzidas pelos presos. Impressionante o que vi! Eles faziam doces e os vendiam. A administração do presídio depositava o dinheiro que recebia das vendas nas suas contas bancárias e, assim, quando terminassem de cumprir sua pena, já tinham um *dinheirinho*. Observe. O que vi ali era a atenção à vida humana! Eles jogavam futebol e a família estava presente! Então, tudo isso é possível! Há espaços e oportunidades em que se pode construir soluções desse tipo. Espaços associativos capazes de proporcionar um grande alcance ao desenvolvimento humano, mesmo em situações adversas.

E: ... que passa, naturalmente, pela preparação do indivíduo para viver e trabalhar como um cidadão!

E: Perfeito, pois aqui entra a nossa tarefa na escola, que é proporcionar uma educação também para isso; isto é, uma educação para aumentar a reserva coletiva de cada cidadão, de cada criança, de cada jovem, fazendo com que eles sejam pessoas da sociedade, que lutem pelo bem coletivo.

C: Isto, inclusive, precisa levar em consideração as pessoas com deficiência. Não é mesmo? Digo isso porque, em palestra que fiz dias atrás, sobre a inclusão educacional na perspectiva desse público, notei que os professores resistem ao ensino dessas pessoas na perspectiva da educação inclusiva, isto é, aprenderem juntamente com crianças que não são deficientes. Parte dos educadores acredita ainda que crianças com deficiência devem ficar num centro de ensino especial. Outro dia vi o exemplo de uma associação de alfabetização, uma organização não-governamental, que prepara o material educativo, contendo um programa do qual participam os membros da escola. Um sucesso na alfabetização! O Sr. acha que essa também seria uma saída para a educação enquanto instância promotora do desenvolvimento humano?

E: Com certeza! Cuidando-se, é claro, para que trabalhos desse tipo se baseiem em determinados pressupostos teóricos. Um pressuposto teórico na direção de um desenvolvimento humano é o seguinte: você não pode perder nenhum espaço ou oportunidade para proporcionar às pessoas algum tipo de bem-estar, saúde e assim por diante. Até porque, como já ficou evidenciado aqui em nossa conversa, a educação brasileira, do jeito que está organizada, ela exclui. Não é inclusiva!

C: O que poderia ser feito para termos uma educação mais inclusiva?

E: Teria de ser algo em nível de sistema educacional, o que, por si, envolveria mudança de mentalidade, até dos conselhos estaduais e municipais de educação. Mas, algo capaz de abrir várias janelas e portas que levem as pessoas sem condições de frequentar uma escola regular a se educarem ao seu modo, segundo suas potencialidades, suas culturas e seu tempo.

C: Pode dar um exemplo?

E: Olha, o Brasil tem hoje, aproximadamente, a clientela potencial para a EJA [*Educação de Jovens e Adultos*] de 27 milhões de pessoas; sabe quantas o país tem matriculadas? Apenas três milhões...! Como alcançar os que estão fora da escola? Eu trabalhei num projeto sob os auspícios do SESI [*Serviço Social da Indústria*]. Tomamos como referenciais o Álvaro Vieira Pinto e o Paulo Freire, e adotamos, como primeiro princípio, a validação de conhecimentos obtidos ao longo de toda a vida. Não só conhecimentos profissionais, mas também os acadêmicos de educação geral. Como validar os conhecimentos de uma empregada doméstica que está fora da escola, mas ainda assim ela sabe usar um celular com uma rapidez impressionante? Igualmente, como validar os saberes de um rapaz ou moça adquiridos em sua experiência de vida? O nosso sistema educacional ignora o acervo de conhecimentos obtidos na luta pela vida.

C: O tempo investido nesse aprendizado não é pouco.

E: Exatamente! Se alguém fosse adquirir esses conhecimentos, por exemplo, poderia se valer de 500 horas. No entanto, podemos subtrair essas horas do total que complementa o ensino fundamental ou o médio!

C: Isso é política pública, não?

E: Sim. Falo mesmo da perspectiva de uma espécie de contabilidade pública. É que a educação aqui vem de várias fontes. Está envolvido nisso o princípio da UNESCO relacionado com as fontes formais, não formais e informais. Valendo-se desse princípio, chegará o momento, para os exemplos que citei, em que poderei dizer: *olha, essa pessoa aqui já tem condições de receber o diploma de ensino fundamental*. Então, você transforma a sociedade numa grande escola, onde for possível obter conhecimento, você pode validar. Já na década de 1970 a UNESCO apontou esse caminho com a elaboração do relatório produzido sob a coordenação de Edgar Faure – Aprender a ser, ou seja, o caminho das Cidades Educadoras.

C: Isto seria uma sociedade pedagógica, não é mesmo? No entanto, quem validaria isso?

E: Olha, existem instituições hoje em condições de fazer projetos experimentais, como o SESI, o SESC [*Serviço Social do Comércio*], as universidades ou os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (*Ifets*). Há várias fundações que poderiam fazer isso. Claro, não se faz isso da noite para o dia, e sim aos poucos, validando e reconhecendo honestamente. Acho que o MEC falha nisso, pois ele parte do pressuposto de que as pessoas que trabalham o dia todo aprendam do mesmo jeito que numa escola regular. Não há condições para isso. É também uma falha quando se fala em assegurar um curso noturno com a mesma qualidade do diurno. Tem mesmo de cuidar é para que haja outra qualidade, outro tipo de qualidade, pois os contextos são diferentes.

C: Essa educação mais ampla, capaz de ser concretizada na vinculação entre educação formal, não-formal e informal, como você propõe, não conduz ao problema de se conferir um diploma de ensino fundamental?

E: Não! Não existe problema nenhum! Você reforça a pessoa, e se você conferir os quatro anos iniciais, reforça e incentiva. No fundo, nós temos um defeito, todos nós, eu vou fazer uma autocrítica. A gente quer colocar obstáculos, e não percebe que o essencial em abrir essas janelas de oportunidade é que todos estudem! Mas, em nível macro, se colocarmos isso num conselho estadual de educação, o projeto ou programa não passam. Acho mesmo que deveríamos pensar numa pedagogia do desenvolvimento humano.

C: É uma ecologia dos saberes!

E: Também. E há de se ter coragem e ousadia para abrir janelas a outras possibilidades de itinerários. Nessa direção, o acervo de tecnologias de aprendizagens virtuais ou a distância podem ajudar.

C: É bem como já disse: é uma mudança de mentalidade, por gentileza professor, deixe as suas considerações finais.

E: Esse estudo que vocês estão fazendo sobre o desenvolvimento humano como componente de fundo de uma efetiva inclusão educacional é fundamental para promover a dignidade humana. Isso precisa vir junto com ações de Estado, que não pode deixar tudo por conta do livre mercado. A responsabilidade pública do Estado, seja nos municípios,

estados, Distrito Federal ou União é fundamental. Quando o Estado entra para valer, ele consegue até mudar um conselho estadual de educação. Do contrário, alguns fazem o que querem, e não se pode deixar as pessoas fazerem o que querem. Nós estamos falando aqui do desafio da dignidade humana, de vidas! No entanto, a pedagogia que há no sistema educacional na atualidade é excludente, não dando conta desse desafio.

Referências:

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 243-255.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2018. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf>> . Acesso em: 18 out. 2020.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez Editora; UNESCO no Brasil, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372956_spa/PDF/372956spa.pdf.multi.page=7>. Acesso em: 18 out. 2020.

VASCONCELOS, I. C. O. Democracia, educação e escola: pela inclusão educacional. **Educação**, Santa Maria, v. 45, p. 1-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644435464>.